

O papel do professor no processo de inclusão escolar dos alunos com transtorno do espectro autista

The role of the teacher in the process of school inclusion of students with autism spectrum disorder

FONTENELE. Adelaine Aparecida Viana¹

MENDES. Ivanise Nazaré²

Resumo

Este artigo estudo intitulado “O papel do professor no processo de inclusão escolar dos alunos com transtorno do Espectro Autista”, aborda uma temática de extrema importância no contexto escolar, pois através destas discussões entendemos que as metodologias inovadoras e inclusivas são parte fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim temos como o objetivo geral deste analisar o papel do professor no processo de inclusão escolar, uma vez que sabemos que muitos professores ainda se sentem despreparos para atender estes alunos que necessitam um olhar diferenciado. E como objetivos específicos temos: Conceituar o que é Inclusão Escolar; verificar como é feita a inclusão dos alunos com transtorno do Espectro Autista; apresentar quais são as principais dificuldades que os professores encontram neste processo de Inclusão. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com o auxílio do Google acadêmico, sites de busca sobre a temática proposta, artigos publicados em anais de Congressos e Dissertações e Teses de Mestrado e Doutorado. Em linhas gerais, baseando nos resultados encontrados neste trabalho foi possível apontar ferramentas metodológicas essenciais no processo de ensino-aprendizado e inclusão.

Palavras – chave: Inclusão; Ensino e aprendizagem; Dificuldades, Espectro Autista.

Abstract

This study, entitled "The Role of the Teacher in the School Inclusion Process for Students with Autism Spectrum Disorder," addresses an extremely important topic in the school context. Through these discussions, we understand that innovative and inclusive methodologies are a fundamental part of the teaching and learning process. Therefore, our overall objective is to analyze the role of the teacher in the school inclusion process, as we know that many teachers still feel unprepared to serve these students who require a differentiated approach. The specific objectives are: to conceptualize school inclusion; to examine how the inclusion of students with autism spectrum disorder is implemented; and to present the main difficulties teachers encounter in this inclusion process. The methodology used in this work was bibliographic research, with the help of Google Scholar, search engines on the proposed topic, articles published in conference proceedings, and Master's and Doctoral Dissertations and Theses. In general, based on the results found in this study, it was possible to identify essential methodological tools in the teaching-learning and inclusion process.

Keywords: Inclusion; Teaching and learning; Difficulties; Autism Spectrum Disorder.

¹ Mestre em Educação pela Universidad de La Empresa. Chile. email.....

² Doutora em Educação pela Universidad San Carlos. Assunção- PY. Ivanisemndes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Para tratar do assunto de Inclusão no contexto escolar, precisamos antes compreender o que é Educação Inclusiva, pois, é neste contexto que o professor está inserido. Segundo dados do IBGE (2021), no Brasil, existem cerca de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, e desse total, mais de 3 milhões são crianças com até 14 anos que, como as outras, também devem ter o direito à educação.

A partir de 2008 que esse tema ganhou mais notoriedade, com a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), criada pelo Ministério da Educação com o objetivo de assegurar a inclusão escolar deste grupo de alunos.

Desde então, o país vê um aumento anual de crianças com deficiência matriculadas nas escolas. Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), houve um salto expressivo no número de matrículas de estudantes com deficiência, partindo de 46% em 2017 para 87% em 2019.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um distúrbio neurológico surgido na infância causador de atrasos no desenvolvimento da criança. Crianças que possuem TEA podem apresentar também déficit de atenção, dificuldades para manter o contato visual, obedecer a ordens e atender quando chamamos. O TEA pode ser dividido em três categorias: leve, moderado e severo. Devido a essas dificuldades os autistas muitas vezes ficam sem atenção profissional e familiar, o que leva ao isolamento dela.

Essas crianças destacam-se por sua necessidade de conhecimento, em vez de julgar e ignorar deve-se aproveitar suas potencialidades e qualidades. Tendo conhecimento de seus alunos à escola deve se qualificar para receber alunos autistas, sem abrir mão da educação oferecida. Para isso, o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas que acolhe a todos e respeita as diferenças é necessário. Os professores que trabalham com crianças autistas devem sempre buscar formação continuada, para transformar sua prática pedagógica.

2. CONCEITUANDO EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação inclusiva é um modelo educacional que busca garantir o acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características, necessidades, habilidades ou diferenças.

O objetivo principal é criar um ambiente educacional que acolha a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todos.

Na prática, a educação inclusiva envolve a adaptação de práticas pedagógicas, estratégias de ensino, materiais didáticos e ambientes escolares para atender às necessidades individuais de cada aluno.

No sentido etimológico do verbo incluir (do latim *includere*), significa inserir, conter, compreender, fazer parte de ou participar de. Com o avanço significativo neste procedimento atualmente nomeado de inclusão escolar, esse método tem como foco principal atualmente inserir os alunos com deficiência juntamente com os outros educandos convencionais na sala de aula. De acordo com Mantoan (2015, p.28):

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2015, p.28)

A demanda pela educação inclusiva dentro do sistema regular de ensino e em classes comuns surge da percepção de que a convivência na diversidade é benéfica para todos e contribui para um melhor desenvolvimento das crianças e adolescentes.

A educação inclusiva pauta-se também pelos princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidade, preconizados pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, de 2006, ratificada pelo Brasil.

De acordo com Kassar (2011), a Constituição Federal de 1988 configurou-se como um novo estatuto jurídico para o país. Contando com o envolvimento da sociedade civil organizada, essa Constituição caracteriza-se por uma ênfase nos direitos sociais e pelo estabelecimento dos princípios de descentralização e municipalização para a execução das políticas sociais, inclusive na educação, que passa a ser considerada direito subjetivo.

Para Caneiro (2012, p. 83) “cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade”. Sendo assim, é necessário que as instituições de ensino visem e adequem metodologias que enriqueçam suas aulas e corroborem para o processo de ensino e aprendizagem de alunos com quaisquer tipos de deficiência.

Além do que a Constituição Federal assegura, com o intuito de assegurar tal direito ao ensino de alunos com deficiência em ensino regular, a lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, LDB (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em seu capítulo V, art. 58 inciso 2º e 3º destaca que:

§ O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular infantil.

§ A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária. (BRASIL, 1996, p. 6).

Também, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º estabelece que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p. 10).

Para Menezes (2012), incluir também não significa criar classes especiais em ensino regular, onde as crianças interagem nos momentos fora de sala de aula, ou seja, recreio, entrada e saída. Assim, incluir possibilita que tais alunos tenham a oportunidade de construir seu próprio processo de ensino aprendizagem de forma ativa e participativa.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

3. O autismo

O autismo é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por comportamentos/interesses restritos e repetitivos e deficiências na comunicação social (American Psychiatric Association; DSM-5). Os professores são destinados a fazer “ajustes razoáveis” para permitir que as crianças com necessidades educativas especiais e deficiências aprendam e sejam incluídas na vida escolar, o que pode representar um desafio (GREENSTEIN, 2014).

Além de ter conhecimento específico do autismo, os professores também devem implementar abordagens de ensino eficazes e apropriadas (Frederickson, Jones e Lang 2010; Odom, Cox e Brock 2013)

Os professores geralmente concordam que a inclusão é importante por razões de justiça social (Artiles e Harris-Murri 2008; Polat 2011), mas muitos têm pouca confiança em sua capacidade de apoiar alunos com TEA (Frederickson, Jones e Lang 2010; Lindsay et al. 2013).

No âmbito da sala de aula há uma luta constante para que a criança com TEA seja incluída. A exiguidade de “preparação de professores”, frente a um sistema tradicional de ensinar requer uma ação efetiva, com a finalidade de se obter a qualidade de ensino.

Ao se pensar na prática pedagógica, desde as atividades às avaliações, o sistema educacional homogêneo incute modelos pouco individualizados no processo de ensino e aprendizagem. Suscita-se nesse aspecto que, tal sistema é incapaz de atender às necessidades das crianças que não fazem parte de um “modelo padrão de desenvolvimento humano” (COLL e col., 2004, p. 249).

As pessoas com autismo experienciam uma sobrecarga sensorial durante a interação social, considerando-se que o ser humano é uma das fontes mais ricas de estimulação simultâneas: tom da voz (estímulos auditivos); expressão facial (estímulo visual); gestos (estímulo visual periférico) e referência a objetos e eventos ao redor (estímulo visual e auditivo periférico).

Compreende-se que o ato pedagógico somente ocorre se existe uma rotina, evitando mudanças frequentes, recursos complementares, estudando e compreendendo as características próprias do sujeito (sobrecarga sensorial) e o possível auxílio de uma equipe multidisciplinar: psicopedagogos, fonoaudiólogos, neurologistas, além de atividades extracurriculares como

equoterapia, que estimulam o desenvolvimento do processo de suas relações interpessoais e de ensino e aprendizagem.

Há a constatação de que sem preparo, conhecimento básico das diferentes deficiências e estratégias de ensino, bem como das dificuldades da instituição para com o aluno, possivelmente este será transferido para um lugar onde, muitas vezes, não encontrará nada além do vácuo (VILLANOVA; VAZ, GUEBERT2011).

A família e o educador carecem de conhecer tais características específicas para contribuir com a rotina da criança. Cogita-se que, o educador é um dos mediadores fundamentais nesse processo, no contexto de um ensino focado em cada exiguidade do sujeito pertencente a sala de aula, independentemente de ser ensino regular ou especial.

Segundo Coll e col. (2004), as inovações nas práticas pedagógicas e a busca incansável de novos parâmetros devem se basear na ação educacional. Estudos mostram que a criança com TEA, principalmente as mais novas, necessitam que a família e os educadores criem inicialmente fortes laços afetivos para que as propostas sejam inovadoras, pois isso exerce uma ingerência no desenvolvimento da criança.

Oportunidades devem ser criadas para aumentar habilidades sociais e educativas em todos os domínios de desenvolvimento de forma integrada, intervenção sistemáticas nas habilidades sociais relacionadas as crianças com espectro autista.

Estratégias inovadoras devem ser aprimoradas afim de novas práticas de formação de professores, conhecimento dos níveis e graus do Transtorno do Espectro Autista e acercar da importância do papel do professor nesse contexto.

Como soluções os professores podem recorrer as metodologias inovadoras para melhorar suas práticas pedagógicas, oportunizando uma aprendizagem de eficácia e qualidade para os alunos de TEA, buscando a participação da família.

4. A Importância do Professor como Mediador de Informações no Processo de Ensino - Aprendizagem

Embora este trabalho tenha como principal objetivo trazer uma reflexão sobre a inclusão dos alunos com necessidade em sala de aula regulares, para que de fato haja a inclusão dos

mesmos no contexto escolar, não se pode deixar de tratar também do trabalho do professor Mediador.

O professor chamado de professor mediador é aquele que por estar diariamente com os alunos e com isso ele será um mediador e facilitador para que possa acontecer a inclusão, geralmente este mediador atua juntamente com o professor de sala de aula.

De acordo com Mantoan (2003) a qualificação profissional do educador (a) é de suma importância, assim como todo o corpo docente os demais profissionais da escola devem ser especializados para saber lidar com essas situações quando houver, pois, cada professor saberá atender as necessidades especiais, criando práticas pedagógicas que incluem o aluno nas atividades regulares.

Segundo Mantoan (2003, p. 16), “o objetivo da interação é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar”.

Assim, este professor mediador será o responsável para utilizar de metodologias que possam garantir que o aluno se sinta incluído no ambiente escolar e se sinta igual aos outros, facilitando o seu desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem de forma significativa e consiga se desenvolver no âmbito escolar.

Ainda segundo Mantoan:

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas-sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim (MANTOAN, 2003, p.18).

A escola tem papel fundamental no desenvolvimento ensino aprendizagem dos alunos, buscando melhorias no que diz respeito ao desenvolvimento educacional, proporcionando a todos uma educação de qualidade, visando também os seus aspectos sociais, afetivos e cognitivos.

De acordo com Oliveira (2013): tudo isso é muito sério, pois não é possível falar em inclusão escolar se continuamos a desconsiderar as diferenças, as particularidades, as especificidades dos processos de aprendizagem. É preciso incorporar todas as crianças e adolescentes na dinâmica da escola, construindo um espaço de identificação e de pertencimento,

no qual a criança e o adolescente ser e conhecem como partes constitutivas da escola (OLIVEIRA; VALENTIN; SILVA, 2013, p. 17).

Podemos afirmar que a escola que pretende ser inclusiva, precisa melhorar e se qualificar no seu fazer pedagógico, se utilizando de atividades educativas que sejam capazes de proporcionar aprendizagem a todos os alunos. Portanto, a educação inclusiva no modelo atual é um desafio aos professores, pois exige que os mesmos repensem sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura acolhedora diante da singularidade que irá encontrar na sala de aula, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno na sua especificidade.

5. A ESCOLA COMO ESPAÇO INSCLUSIVO

A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Portanto, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam.

O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos. O novo desenho da escola implicará a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim, o que se deseja, na realidade, é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educativas especiais.

Como acontecia anteriormente, o movimento pela sociedade inclusiva é internacional, e o Brasil está engajado nele, o que é no mínimo apropriado, já que temos cerca de 15 milhões de deficientes segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cuja grande maioria está, provavelmente, aguardando a oportunidade de participar da vida em sociedade, como é seu direito.

Sendo assim, necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de se arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, e em resposta às necessidades de inclusão.

Como diz Mantoan (2003, p. 68), "[...] cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos".

Esta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. É dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade. Então, como atuar numa escola inclusiva?

Compreendendo o aluno portador de necessidades educativas especiais e respeitando-o na sua diferença, reconhecendo-o como uma pessoa que tem determinado tipo de limitação (e, embora as dele sejam de consequências geralmente mais difíceis, todos têm limitações), mas que também possui seus pontos fortes.

Para isso, é necessário que se abandonem os rótulos, as classificações, procurando levar em conta as possibilidades e necessidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe traz. Ressalta-se que o movimento de Educação Inclusiva, frente à realidade educacional brasileira, deve, ainda, neste início, nesta fase de transição, ser visto como um grande avanço, quando recomenda a matrícula do aluno portador de necessidades educativas especiais na escola pública regular, porque, ainda hoje, prevalece entre nós a escola especial como o lugar para essas pessoas.

Acreditamos que, nesse momento, precisamos atuar a favor de um movimento de "dessegregação", como diz Santos (2008), o que significa trazer à escola regular aqueles que, até então, nunca tiveram acesso a ela, seja por estarem matriculados em escolas especiais, seja porque eram segregados em suas comunidades. Entendemos que é de grande valia, quando discutimos a escola como espaço inclusivo, abordarmos também a questão do fracasso escolar.

A discussão sobre fracasso escolar vem acontecendo a partir de diversos pontos de vista: os aspectos sociais, econômicos, culturais, biológicos, psicológicos. Entretanto, o fracasso escolar se dá, principalmente, entre os alunos das classes sociais mais baixas, que encontram grandes barreiras no cotidiano escolar.

Esteban (1992, p. 49) nos diz:

O comportamento das crianças com necessidades educacionais é associado à falta de educação, seus valores são contraditórios ao que é proposto pela escola, seus conhecimentos não são considerados ou são tratados com desconhecimento, sua realidade deve ser deixada de lado para que em seu lugar uma outra, sob o modelo das classes dominantes, seja construída.

Sem dúvida de que existe uma relação íntima entre prática educativa e dimensão política, e que toda prática política possui uma dimensão educativa. Dessa forma, tanto a educação como a política constituem manifestações da prática social própria de uma sociedade

de classes. Podemos constatar que a sociedade brasileira se apresenta, de maneira muito clara, dividida em interesses opostos, antagônicos

Como incluir os que não são reconhecidos pela sociedade, sem correr o grande risco de criar falsos mecanismo de inclusão? A escola, entretanto, existe em função do aluno. O aluno ingressa nela para se apropriar de conhecimentos, de habilidades, para aprender a se relacionar crítica e produtivamente na sociedade. Se isso não ocorre, a escola não está cumprindo a sua função.

O sucesso dos alunos não pode depender de sua capacidade de se adaptar aos códigos existentes dentro dela. Esta é caracterização da cultura do fracasso. As crianças com carência social e cultural são vistas como incapazes de aprender e avançar dentro de uma escola acabada e perfeita, que se julga imune à qualquer avaliação. Devemos então, concluir que a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos realizados sobre os desafios dos professores e suas práticas pedagógicas com alunos de transtornos do espectro autista nos trouxe um outro pensar, e ao mesmo tempo um repensar sobre a inclusão, e as práticas pedagógicas de inclusão. A falta de conhecimento é umas das causas da maioria das exclusões de alunos com espectro autista nas nossas escolas.

Os professores por não ter esses conhecimentos e a escola por não estar preparada para receber estes alunos, acabou por excluí-los ou prestar um serviço de má qualidade. Portanto, para que as práticas de sala de aula dos professores com alunos autistas sejam de inclusão escolar, a escola e a família devem estar mais próximas umas das outras para que a assistência aos alunos autistas seja de qualidade e harmoniosa para que além do sucesso escolar, a criança possa desenvolver-se. O diálogo entre ambas as partes, a troca de experiências, a busca de novos conhecimentos, são formas que os dois lados podem fazer para aprimorar e encontrar a melhor maneira de atender a criança com autismo, que a escola tenha recursos e matérias para atender todas as necessidades, turmas com menos alunos, maior socialização com outros alunos e maior aceitação de pais.

Desta forma, a maior dificuldade dos professores da educação em relação ao autismo, é a falta de conhecimento, não apenas dos professores, mas de toda comunidade escolar, visto que a mesma ainda não tem conhecimento suficiente para lidar com os problemas do autismo e da aceitação por parte de uma parcela da sociedade.

Assim, a comunidade escolar deve-se ter toda uma preparação para receber essas crianças, buscando conhecimento, ter a parceria da família e escola é extremamente fundamental tanto para a família que vai entender melhor o que é TEA e o como pode ser trabalhando o desenvolvimento dessa criança e para os educadores ter uma noção de como essa criança é acompanhada fora do ambiente escolar, assim a família e escola anda lado a lado.

O educador tem um papel extremamente fundamental na inclusão da criança, pois é ele quem tem os primeiros contatos com ela na escola, essa recepção é o ponto chave para definir como será a relação professor-aluno no início da construção dessa convivência. O docente tem a responsabilidade de criar situações que favoreçam o desenvolvimento, adequando e adaptando as metodologias de acordo com a necessidade de cada criança e o espaço ter uma boa estrutura para recebê-las.

REFERENCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**, recurso eletrônico, DSM-5. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento, rev. téc. Aristides Volpato Cordioli, 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.764/2012**, de 27 de dezembro de 2012, institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtornos do espectro Autista diário da república federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 de dezembro 2012.

BRITES, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes Únicas**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

COLL, C. e col. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtorno do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. São Paulo: Penso, 2004.

COLL, C. e col. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. 3. ed, Rio de Janeiro; Wak, editora, 2004.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed. 2010.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak ora, 2016.

ESTEBAN, M. T. **Não saber / Ainda não saber / Já saber:** pistas para a situação do fracasso escolar. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF 1992.

GOMES, Manoel Messias; SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo; MOURA, Deniza Dias de. **A importância da família para o sujeito portador de autismo, a educação e a formação docente.** Revista Educação Pública, v. 19, n. 25, 2019.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Transtornos de aprendizagem e autismo.** Editora Cultural. 2014.

GREENSTEIN, F. **O Dom da Inclusão e Liderança.** Revista Veja, São Paulo, 23 abr.2014, Seção Entrevista, 23 p.11-15.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção Cotidiano Escolar).

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.

ORRÚ, Sílvia Ester; BRASIL, Fundação de Ensino Octavio Bastos. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO DE AUTISTAS.** 2013.

SANTOS, Karine Alonso dos et al. **Educational interventions used to improve the cognitive and social development of children and adolescents with autism.** Research, Society and Development, v. 10, n. 9, p. e25710917971, 2008.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o Autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TELES, Perolina Souza; CRUZ, Cândida Luisa Pinto. **A prática esportiva como instrumento de inclusão: um estudo de caso sobre aprendizagem e desenvolvimento de aluno com transtorno do espectro autista (TEA).** ENFOPE, n. 11, 2018.

VILLANOVA, A. F. H.; VAZ, J. A. K.; GUEBERT, M. C. C. Uma reflexão sobre as políticas educacionais para favorecer a inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais. In: Congresso Nacional de Educação, 10., Curitiba, PR. Anais... Curitiba, PR, 2011. p. 8804-8817.